COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.479, DE 2016

Altera o art. 10 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar a divulgação em rede nacional, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da comunicação sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional (recall).

Autor: Deputado RODRIGO MARTINS

Relator: Deputado MARCO TEBALDI

I – RELATÓRIO

O Projeto de Lei nº 4.479, de 2016, de autoria do ilustre Deputado Rodrigo Martins, altera o § 2º do art. 10 da Lei nº 8.078, de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor – CDC), para obrigar “a divulgação em rede nacional, no prazo de 24 horas (vinte e quatro) horas, da comunicação sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional”.

Sustenta a Justificação do Projeto que – apesar de o CDC estipular que divulgação sobre os perigos de determinado produto deva ser promovida imediatamente após a ciência pelo fornecedor – “a excessiva leniência do que seria uma divulgação imediata tem produzidos injustificáveis demoras na efetivação dessa divulgação publicitária e causado acidentes e fatalidades, que, em muitos casos, poderiam ser evitados”.

Conforme despacho da Mesa, a proposição sujeita-se à apreciação conclusiva das Comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; Defesa do Consumidor e Constituição e Justiça e Cidadania, respectivamente.

Na Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços, o projeto foi aprovado com emenda que estende o prazo

de divulgação para dez dias e que admite a comunicação alternativa por meio da internet.

Recebo, agora, a honrosa incumbência de relatar a matéria nesta Comissão de Defesa do Consumidor, que, no prazo regimental (entre 12 e 21 de junho do corrente ano), não recebeu emendas.

E o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Em consonância com o art. 6º, I, da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Proteção e Defesa do Consumidor - CDC), constitui direito essencial do consumidor a proteção à vida, à saúde e à segurança contra os riscos provocados por práticas no fornecimento de produtos e serviços considerados perigosos ou nocivos.

Em contrapartida a esse direito basilar do consumidor, sobressai, para os fornecedores, o dever geral de segurança, vigilância e informação, que fundamenta a atribuição de – tendo conhecimento da periculosidade de um produto após sua introdução no mercado – promover o chamamento (ou *recall*) previsto no art. 10, §§ 1º e 2º do CDC, em conformidade com a disciplina estabelecida na Portaria nº 487, de 2012, editada pelo Ministério da Justiça em complemento ao Decreto nº 2.181, de 1997.

Ocorre, como bem relata a Justificação deste tão oportuno projeto, que o emprego da expressão “imediatamente” pela lei, assim como sua reprodução na portaria que a regulamenta, tem concedido margem interpretativa para que fornecedores, sem qualquer coibição, demorem excessivamente para proceder à comunicação.

Não é preciso esforço para compreender que delongas na difusão de informações sobre os perigos de um produto colocam em risco a segurança dos consumidores e acarretam aumento considerável na probabilidade de ocorrência de óbitos ou lesões irremediáveis à saúde.

Ora, o direito à informação ampla e adequada sobre todos os fatos relevantes que se deem no mercado de consumo constitui cerne de toda a principiologia esculpida pelo CDC e dialoga fortemente com os ideais de boa-fé, harmonia e transparência nas relações consumeristas.

Nesse sentido, privar o usuário de um produto ou serviço de ter acesso a dados sobre riscos e perigos que já são de conhecimento do fornecedor significa ampliar o desequilíbrio nas relações de consumo e privilegiar os interesses dos fornecedores em nítido detrimento do direito fundamental do consumidor à segurança, à saúde e à vida.

Em uma primeira análise, havia recomendado setenta e duas horas para a efetivação do recall, diferente dos dez dias sugeridos no parecer aprovado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (CDEICS), por entender que este prazo era excessivamente dilatado. No entanto, uma nova apreciação das razões levantadas pela CDEICS fez com que eu alterasse a emenda apresentada no meu primeiro parecer. De fato, o prazo a ser concedido deve ser necessário para que os fornecedores tomem as providências cabíveis para a correta comunicação do defeito do produto e mobilizem toda a cadeia produtiva envolvida.

Reconhecemos que as medidas relacionadas ao chamamento dos consumidores – como a identificação precisa dos defeitos e seus desdobramentos, a indicação dos lotes afetados, a formatação dos anúncios publicitários e a contratação dos veículos de comunicação, dentre outras – demandam, na prática, prazo superior às vinte e quatro horas previstas inicialmente no Projeto e as setenta e duas horas do meu primeiro parecer.

Incorporamos ainda a previsão de divulgação pela internet concebida na CDEICS, mas que, em lugar de alternativa, recebe, em nossa sugestão, caráter cumulativo com os meios de comunicação tradicional, por entender que, assim, eleva-se o potencial alcance das peças de informação. Da mesma forma, incluímos no parágrafo a apenação prevista, garantindo efetividade ao dispositivo.

Acatamos, nesse sentido, a emenda aprovada na CDEICS, e votamos pela **aprovação do Projeto de Lei nº 4.479, de 2016, com a emenda anexa.**

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputado MARCO TEBALDI

Relator

COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR

PROJETO DE LEI Nº 4.479, DE 2016

Altera o art. 10 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, para obrigar a divulgação em rede nacional, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, da comunicação sobre a periculosidade de produtos introduzidos no mercado nacional (recall).

EMENDA DO RELATOR

Dê-se ao art. 1º do Projeto de Lei nº 4.479, de 2016 a seguinte redação:

“Art. 1º O § 2º do art. 10 da Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

‘Art. 10.

.....

§2º Os anúncios publicitários a que se refere o parágrafo anterior serão veiculados em rede nacional de rádio ou televisão aberta e, cumulativamente, na internet em sítios, mídias ou redes sociais na forma a ser regulamentada pelo órgão competente, às expensas do fornecedor do produto ou serviço, no prazo de 10 (dez) dias, contados da confirmação técnica pelo fornecedor sobre a periculosidade dos produtos, estando o fornecedor, em caso de descumprimento, sujeito a multa por cada hora de atraso, nos termos previstos nos arts. 56 e 57 deste Código, sem prejuízo das demais penalidades cabíveis.

.....’

(NR)”

Sala da Comissão, em

de 2017

Deputado MARCO TEBALDI

Relator